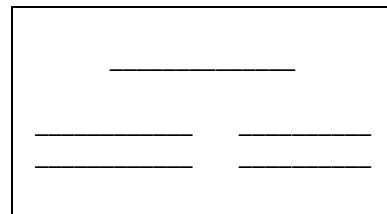




CÂMARA MUNICIPAL DE
VIANA DO ALENTEJO



ATA N.º 27/2024.

REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 20/11/2024

PRESENCAS

PRESIDENTE: LUÍS MIGUEL FIALHO DUARTE

VEREADORES: PAULA MARISE CARRACHA PANÓIAS BAMOND DAS NEVES, VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA

RITA FIGUEIRA DE MATOS RAFAEL EM SUBSTITUIÇÃO DO VEREADOR MIGUEL JOSÉ FONSECA BENTINHO

ANTÓNIO COSTA DA SILVA

HORA DE ABERTURA: 14:30 HORAS

HORA DE ENCERRAMENTO: 17:45 HORAS

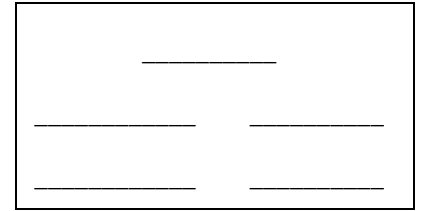
FALTAS JUSTIFICADAS:

MARIA GERTRUDES SALSINHA DAS NEVES GARCIA

FALTAS INJUSTIFICADAS

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 14/11/2024

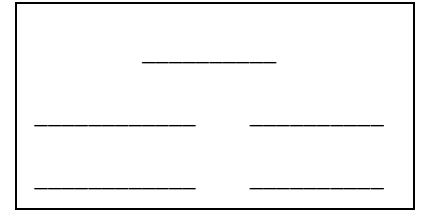
CAIXA	6.185,84 €
FUNDOS DE MANEIO	6.052,00 €
FUNDO DE MANEIO 1 – MARIA LUISA MARQUES MIRA FERREIRA	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 2 – MARIA MANUEL NARCISO GRILO ROBERTO	52,00 €
FUNDO DE MANEIO 4 – RUI PAULO CORREIA MARTINS	1.500,00 €
FUNDO DE MANEIO 6 – FÁBIO JOSÉ BRANCO PEREIRA	1 000,00 €
FUNDO DE MANEIO 7 – HELENA ISABEL BARROS TORRÃO	1 000,00 €
FUNDO DE MANEIO 8 – FILIPE NETTO DE MIRANDA DUARTE	1 000,00€
FUNDO DE MANEIO 9 – DANIELA CONCEIÇÃO BANHA PALHAIS	500,00 €
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1.343.942,44 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00000345430	675.148,36 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431	4.346,08 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005537330	7.113,61 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005050650	309,70 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005684950	19.490,45 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005974050	62,14 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050	5.430,67 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350	93.551,22 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007030250	600,00 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530 – FEDER	17.811,44 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007105850.....	34.749,79 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007121950	3.612,00 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007163830-CAUÇÕES	2.024,11 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00011923950	674,24 €
B. S. T. – CONTA N.º 0018/10814784001	220.864,39€
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579668	131.872,15 €
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743	140.072,21 €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558	40.007,65€
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682	50.864,41 €
C.E.M.G. – CONTA N.º 0036/99100014214	77.758,26 €
TOTAL DE DISPONIBILIDADES.....	1.618.273,05 €
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	1.415.768,45€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	202.504,60 €



O Senhor Presidente declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, começando por cumprimentar as Senhoras Vereadoras, os Senhores Vereadores, os técnicos da Câmara que estavam a dar apoio à reunião, as pessoas presentes na sala e também quem estava a acompanhar a reunião através das redes sociais. -----

É a seguinte a ordem de trabalhos da presente reunião: -----

1. Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião; -----
2. Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 1 de fevereiro de 2023; -----
3. Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 6 de novembro de 2024; -----
4. Informação escrita sobre a Atividade da Câmara; -----
5. Proposta da ratificação da 35ª alteração orçamental que integra a 32ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa e a 19ª alteração permutativa ao PPI; -----
6. Proposta de aprovação da 36ª alteração orçamental, que integra a 33ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa, a 27ª alteração permutativa ao PAM e a 20ª alteração permutativa ao PPI; -----
7. Proposta de aprovação da 5ª Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal para 2023, em vigor em 2024;
8. Proposta de aprovação de utilização da reserva de recrutamento do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público – Técnico Superior (Economia/Gestão); -----
9. Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas (Aquisição de fardamento); -----
10. Proposta de transferência de verba para a Associação Musical de Artes e Tradições de Alcáçovas - (Mercadinho de Natal); -----
11. Proposta de transferência de verba para a Fábrica da Igreja Paroquial de Alcáçovas (Cante ao Menino);
12. Proposta de transferência de verba para o Grupo Associativo de Jovens de Aguiar (Festa de Verão - Summer Time 2024); -----
13. Proposta de transferência de verba para a Associação Desportiva dos Caçadores e Pescadores de Aguiar; -----
14. Proposta de transferência de verba para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo; -----
15. Proposta de aprovação do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município de Viana do Alentejo e o Clube de Atletismo de Viana do Alentejo; -----
16. Proposta de aprovação do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município de Viana do Alentejo e a Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense; -----
17. Proposta de aprovação das normas regulamentares da 6ª edição da Corrida Viana a Par de Alvito; -----
18. Proposta de Adesão do Município de Viana do Alentejo à Associação de Municípios Portugueses do Cavalo; -----



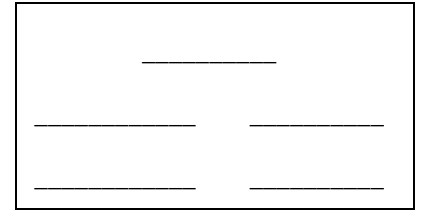
19. Proposta de aprovação do Diagnóstico Social e do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Viana do Alentejo, no âmbito da medida Radar Social; -----
20. Proposta de Atribuição de subsídios, no âmbito da Ação Social Escolar – Ano Letivo 2024-2025 - Ensino Pré-Escolar; -----
21. Proposta de Atribuição de subsídios, no âmbito da Ação Social Escolar – Ano Letivo 2024-2025 - 1º Ciclo do Ensino Básico; -----
22. Proposta de aprovação dos valores e número máximo de inscrições para os programas da Oficina Aberta - Pausas Letivas do Natal e da Páscoa, Ano Letivo 2024/2025; -----
23. Proposta de emissão de Licença especial de ruído, para a realização do evento "Festas de Novembro", no dia 22 de novembro de 2024, em Viana do Alentejo; -----
24. Proposta de venda de lote de terreno para instalação de atividades económicas na ZIVA - Zona Industrial de Viana do Alentejo; -----
25. Proposta de aprovação do 3º pedido de prorrogação do prazo da empreitada de requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, em Viana do Alentejo; -----
26. Proposta de aprovação do projeto de execução da Requalificação do Centro de Saúde de Viana do Alentejo; -----
27. Proposta de aprovação do Procedimento Concursal para a Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Viana do Alentejo e documentação anexa. -----

Período de antes da ordem do dia – Nos termos do artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, o Senhor Presidente declarou aberto o período de antes da ordem do dia. ----
Deu-se início à reunião justificando a falta da senhora vereadora Maria Gertrudes Garcia que solicitou a mesma por estar impossibilitada de estar presente na reunião. -----

O senhor presidente usou da palavra fazendo um ponto de situação dizendo que em relação à escola EBI de Aguiar, existe uma possibilidade de haver uma requalificação desta, estando-se em contratação com o projetista, que se comprometeu que até à data a candidatura tem de ser submetida o projeto. Ao nível das extensões de saúde de Aguiar e de Alcáçovas encontram-se em bom andamento, com bom ritmo. -----

Relativamente ao ASA em Viana, informou que irá realizar-se uma reunião com o empreiteiro para ser feito o ponto da situação e sobre a EBSIS, informou que se está a caminhar a bom ritmo para o final da obra. ---
Em questão da 2ª Fase do Centro de Saúde, irá ser deliberada na presente reunião. -----

De seguida interveio a senhora vice-presidente que leu um e-mail do técnico de desporto responsável pelos contratos de programa, para esclarecer uma situação que foi falada na reunião anterior. O email referia: que como pode constatar nos documentos que foram enviados para a reunião de câmara, nomeadamente os documentos alusivos aos contratos de programa da ACRA e CAVA, na proposta de resolução de ambos, vem expressa no início do primeiro parágrafo a frase «Há contabilidade para cabimentar a partilhação

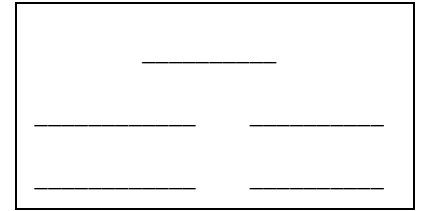


financeira». Ora, na última reunião de Câmara, o Sr. Vereador da Oposição referiu que existia um erro de português na aplicação da frase, sendo que na opinião do mesmo, o A com acento não deveria surgir nestes termos. Deste modo, cabe-me informar que o início da frase está correto conforme a proposta de resolução, pois o A com H de haver utiliza-se quando decorre tempo e o A com acento quando nos referimos a lugar por exemplo. -----

A senhora vice-presidente acrescentou ainda, que como tinha sido referido na passada reunião o castelo esteve fechado, para desinfestação e desratização na parte do posto de turismo, estando já o assunto resolvido. -----

Interveio a senhora vereadora Rita Rafael que disse que no dia vinte e nove de outubro foi enviado pela vereadora Maria Garcia um e-mail solicitando, conforme ficou estabelecido em reunião de câmara de 23 de outubro de dois mil e vinte e quatro a comunicação remetida para os feirantes. Nesse mesmo e-mail, solicitou também feedback quanto ao assunto abordado em reunião de câmara de nove de outubro de dois mil e vinte e quatro quanto ao parecer jurídico relativo à prestação de serviços (tarefas e avenças), sobre o qual continua a aguardar feedback. Disse ainda que o presidente falou na reunião seguinte em vários pontos, dado que na reunião de câmara anterior estava de férias, mas neste tema tão importante, não se pronunciou. Questionou também para quando o Canil municipal, pois existe a verba, o que falta para se concretizar o mesmo. Devido ao programa ABEM, foram abordadas pela população idosa quanto à necessidade de ajuda em medicamentos, assim apelou a que o regulamento municipal seja alterado o quanto antes para poder abranger o maior número de pessoas possível. Finalizou questionando quando têm início as sessões de cinema para a população, pois é necessário dinamizar a Vila e a população de usufruir do equipamento, sendo que já está apto a ser utilizado, segundo informação transmitida em situação anterior pelo presidente e ainda que o Partido Socialista já enviou as propostas para o orçamento de 2025, mas até ao momento ainda não recebeu nada da CDU. Por último questionou sobre a alternância entre o secretariado das reuniões, se o mesmo teria sentido e eficácia. -----

O senhor presidente da câmara esclareceu a senhora vereadora dizendo que tinha enviado um pedido de esclarecimento à doutora Isabel Morais Cardoso, estando à espera da resposta da mesma. Solicitou para que os senhores vereadores tivessem atenção à situação dos e-mails, pois há alguns que não aceitam resposta, e a resposta não poderá ser pelo mesmo caminho, tendo já acontecido a situação de que as vereadoras do partido socialista tinham enviado um e-mail, mas não tiveram resposta e foi necessário reenviar. Quanto ao canil informou que se encontram a refazer o projeto. O primeiro projeto, custava quatrocentos mil euros, sendo impossível conseguir-se. O segundo projeto foi feito com novo orçamento, sendo de trezentos mil euros, tendo a câmara recebido cento e três mil euros. Terá de ser repensado uma forma mais fácil, ou menos dispendiosa, para se criar condições para os animais à mesma, sem ter que ser através do apoio, pois sendo através do mesmo, terá de existir sala de operações, sala de



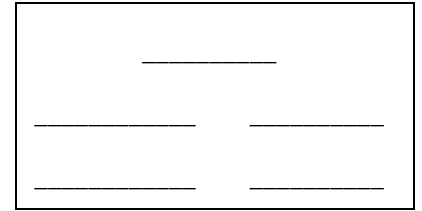
espera, ou seja uma data de requisitos que torna aquilo, de facto, um hospital, uma clínica, tornando muito caro, estando a analisar se há possibilidade para se estar dentro das normas, mas que não se tenha que cumprir todas as exigências. -----

A senhora vereadora Rita Rafael informou que tinha conhecimento que o Município de Vendas Novas conseguiu fazer um canil por 150 mil euros, não como gostariam, mas sim que correspondesse às expectativas. -----

O senhor presidente da câmara agradeceu a informação, dizendo que ia solicitar a alguém para ver as condições. Disse ainda que a Câmara da Arraiolos, devolveu o dinheiro exatamente com a mesma perspectiva e optou por fazer algo dentro dos duzentos mil euros, porque consegue-se também colmatar as necessidades dos animais e não se faz uma clínica que custa o dinheiro de dois centros de saúde. Ao nível do início do cinema disse que já tinha iniciado com a sessão dos Ortigões, com o novo equipamento. Disse ainda que sobre o orçamento, tem estado a ultimar, não percebendo quando a vereadora Rita disse que ainda não recebeu nada da CDU, pois tem que receber é da Câmara. Disse ainda que queria combinar com os senhores vereadores, se queriam ter alguma reunião prévia primeiro para falar sobre o mesmo, porque na sua opinião enviar por mail, o documento é frio, pode ser diferente do que o documento entregue em mão e faz-se uma pequena reunião. Referiu ainda que seria necessária uma reunião extraordinária estando a apontar-se para dia vinte e nove de novembro, sexta-feira e se fosse possível reuniam-se um bocadinho antes ou no dia anterior para falarem. Porque, para além de ir ao encontro daquilo que se tem falado, que anteriormente foi acusado, apesar de ter feito reuniões, mas que não falava, que era por troca de emails e isso tudo, na sua opinião acha que deve apresentar o documento de uma forma informal. Obviamente que será enviado, mas na sua opinião acha que era melhor estar a explicar o documento e posteriormente enviar o mesmo, para depois com calma o analisarem, ou com as equipas, do que estar a enviar a frio e depois ir-se discutir para a reunião de câmara. Sendo esta a sua proposta, escolhe-se um bocadinho, sentam-se à mesa e depois decidir como é que se há de fazer e, entretanto, enviar-se oficialmente o orçamento. Em relação à questão da Marta e da Salomé foi explicada da última vez, até por uma questão de atas, por uma questão do serviço fluir, tinha-se explicado que tínhamos alternado a vinda da Salomé e a da Marta, cada vez vinha uma. -----

A senhora vereadora Rita Rafael respondeu que não tinha percebido isso, o que eu tinha percebido é que uma preparava uma reunião, a outra preparava a outra, que os serviços passariam a enviar a documentação à Quinta, e que uma preparava uma reunião e a outra preparava a outra, mas seria sempre a mesma pessoa a secretariar, pois tinha receio que se fosse perdendo o fio à meada. -----

O senhor presidente disse que poderá ter explicado mal, mas a intenção é mesmo essa. A Marta está presente nesta reunião, assiste à reunião, faz o secretariado da reunião toda. Hoje ou amanhã, quando passar para o lado da secretaria, faz a ata, debruça-se sobre a ata, sobre todas as questões que forem aqui



decididas, manda para as divisões aquilo que for pedido. Faz todo esse trabalho. Se, entretanto, ainda não tiver acabado, ou mesmo se já tiverem acabado, a Salomé começa a preparar, neste caso até como tal uma reunião extraordinária, ainda mais de reforça do que nós pensámos, a Salomé começa a trabalhar na outra reunião, vem e assiste a outra reunião, faz a ata para vir na próxima reunião também. Esperando que assim se tenha sempre as atas e a documentação toda em ordem. Em relação aos assuntos, eles já não se perdiam, mas agora com a ata na reunião a seguir, o fio condutor está aqui. Julga-se que será a melhor maneira, pois tem-se visto que as atas não têm vindo a horas, não têm existido essa capacidade, e assim pensasse que será o melhor. -----

A senhora vereadora Rita Rafael acrescentou ainda a dificuldade que tem tido para extrair os documentos da plataforma Gestiona, pois entra dentro de um documento e para entrar noutra documento é necessário voltar para trás e voltar a entrar noutra documento, é necessário fazer-se a validação toda, se for feito no telemóvel, no computador o caso não acontece, mas seria mais fácil uma pasta com a documentação toda. O informático sérgio carvalho explicou que a estrutura da pasta não dá para alterar, mas sugeriu que fosse tentando de outra forma. -----

A senhora vereadora Rita Rafael acrescentou ainda que cada vez que acede a um documento tem de fazer nova autenticação, tornando-se impossível especialmente quando existem pontos com vinte documentos, por exemplo. -----

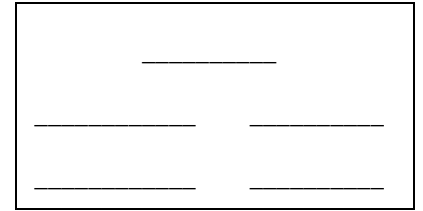
O senhor vereador António Costa da Silva ainda referente ao assunto documentos do Gestiona, fez referência que deveria existir uma solução que para retirar os documentos todos ao mesmo tempo, pois com o procedimento anterior era mais simples, descarregava-se os documentos todos em conjunto, e com o processo atual é complicado pois levam bastante tempo a descarregar todos os documentos, especialmente quando vários pontos têm imensos documentos. -----

O senhor presidente pediu que o informático tivesse em consideração os pedidos dos vereadores, pois este descarrega os documentos de forma diferente e não se depara com estes problemas. -----

A senhora vice-presidente esclareceu sobre a passagem de filmes, que está a ser preparada uma programação para o ano de 2025. Em relação ao programa, ABEM, concordou que este devia ter um aumento de valores, que já teve algum, mas está a trabalhar-se na forma de se poder ajudar mais pessoas, realmente não satisfaz as pessoas. -----

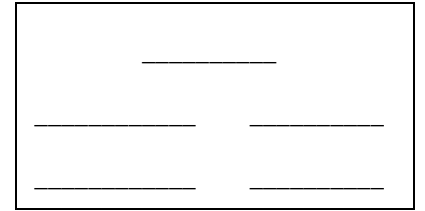
A senhora vereadora Rita Rafael referiu que já existe um regulamento inicial, e que devido ao facto de as pessoas verem os resumos das reuniões de câmara acabam por questionar, pois estamos a passar uma fase muito complicada para muitas pessoas. -----

O senhor presidente referiu que é bom que as pessoas vejam ficando assim informadas, pois o programa não tem tido pessoas a recorrer, achando que o programa também não é muito completo. Contudo na última reunião já existiu uma pequena alteração, mas que tem de sair, sem dúvida, outro regulamento. ---



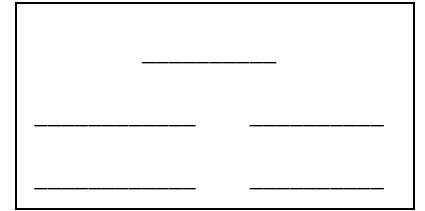
O senhor vereador António Costa da Silva interveio iniciando a sua intervenção com uma justificação, que faltou às últimas duas reuniões por razões simples, por motivos profissionais, foram duas consecutivas, mas que está tranquilo, tendo sido bem substituído, pois quem tem vindo tem capacidade suficiente para dar conta do recado, e quem votou no VIVA pode estar tranquilo porque quem substitui, substitui muito bem. Seguidamente, voltou a falar da situação do Centro Social de Aguiar e a questão do parecer da proteção civil. Já se sabe que o projeto tem um conjunto de vulnerabilidades, um conjunto de erros técnicos, um conjunto de falhas, aquela situação da porta de emergência está virada para um muro é gritante. Existe um conjunto de preceitos legais que têm de ser cumpridos, que não são cumpridos e é um problema, porque é preciso que aquele equipamento seja utilizado, que a população possa usufruir e sobretudo os mais novos possam usufruir de um equipamento com aquelas características. Referiu ainda que existe uma questão importante, é se a proteção civil tem acompanhado de alguma forma esta temática, ou se é só uma leitura interna de correção feita pelos técnicos da Câmara que estão a avaliar essa necessidade de correção. Disse ainda que a questão central e mais importante, é se já estão previstas efetivamente as correções que são necessárias a efetuar. Numa das reuniões de Câmara, um dos técnicos responsáveis da Câmara para aquela área, referiu e este vereador sugeriu, a alteração da porta de emergência e da questão dos graus, que parece um bocado mais fácil de, supostamente, resolver. Questionou se todas essas soluções permitem que o equipamento possa estar disponibilizado, e o que é que está a ser feito efetivamente, e se há essa concertação, não havendo parecer, com a proteção civil no sentido de perceber-se. -----

Este vereador, continuou, com outra temática que já tinha trazido a reunião de câmara, questionando sobre as ARUS no PDM, em termos de áreas de reabilitação urbana no Concelho de Viana do Alentejo e Atualização das ARUS, uma questão importante que é o efeito fiscal que tem, nomeadamente, nas intervenções nestas áreas, nas áreas onde as ARUS estão inseridas. Esta é uma matéria muito importante para quem faz intervenção e não só, é uma questão também de incentivo para a regeneração urbana ser feita nomeadamente por privados. Outra temática abordada, está relacionada com alguns equipamentos imobiliários urbanos. É frequente, encontrar-se no Concelho, uma panóplia gigantesca de equipamentos urbanos, nomeadamente na utilização por parte dos cafés, dos restaurantes, das esplanadas. Não há nenhum equilíbrio naquilo que é usado a nível do conceito. Referiu que há um regulamento sobre essa matéria e queria efetivamente que se pensasse neste assunto de forma séria, pois num sítio existe cadeiras amarelas, noutro sitio cadeiras brancas, outros são de plástico, outros são de toldos. Para três freguesias, que não são muitas, mas que têm características patrimoniais bastante ricas, é uma pena, pois temos pretensões importantes em termos de ser mais visitados, ser mais turistas. Era muito importante o município de Viana do Alentejo levar a sério esta temática e incentivar as pessoas a uma mudança. Na perspetiva deste vereador, é uma situação fácil de corrigir, e que daria uma imagem completamente



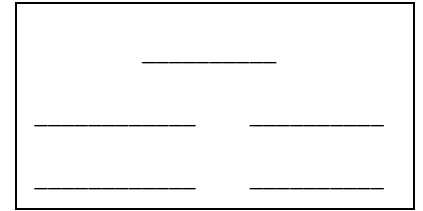
diferente e mais rica ao Concelho de Viana do Alentejo, harmonizando precisamente este tipo de equipamentos, estando a degradar aquilo que temos de mais rico, o nosso património, a nossa identidade, aquilo que não se pode perder de maneira nenhuma. Questionou também sobre os concursos dos chefes de divisão, sendo que a última informação que tinha, é que este assunto está por resolver, ou continua por resolver, e que independente do comportamento dos júris, é inadmissível temas com esta importância, pessoas que têm papel estruturante na organização ou na orgânica municipal, ao longo deste tempo todo, não estarem fechados. Disse que as situações provisórias não são boas para ninguém, nem para os próprios que estão nas funções, nem para a organização, para o todo comum que é o funcionamento da Câmara, dizendo ainda que se este assunto não ficar fechado irá deixar de continuar a apoiar as alterações ao mapa de pessoal, pois os júris têm de fechar este processo. Perguntou ainda, no caso concreto do concurso de motorista, que já fechou, quantos concorrentes existiram e se seria processo definitivo. Terminou fazendo referência ao orçamento de 2025. Esta é uma matéria que persistentemente já foi falada, e não concorda com a metodologia, sendo na opinião deste vereador uma metodologia errada. Ainda assim, em dois períodos o VIVA apresentou propostas para o orçamento. Na opinião deste vereador, primeiro devia surgir um esboço de propostas daquilo que é o orçamento municipal e com base nessa proposta faria sentido; porque as coisas cruzam umas com as outras, elas não são desarticuladas num orçamento e num plano de atividade; com base nessa proposta, os vereadores dão sugestões sobre ela e que, em cima disso, possam fazer propostas, inclusive, por exemplo, retirar alguma coisa que não concordassem, se estiver lá, está no orçamento. -----

O senhor presidente respondeu às questões do senhor vereador à cerca do centro social, tendo o engenheiro estado debruçado sobre aquela questão e já durante a semana teve inclusive uma visita ao centro social com os técnicos do AVAC, para analisar toda essa parte que faltava, que estava por terminar ou por arrancar, tendo essa parte já sido vista. Segundo informações que teve, já irá ser marcada a vistoria com a proteção civil, não tendo essa vistoria sido pedida ainda. Todas as informações que têm sido disponibilizadas têm sido com base nos técnicos da Câmara, não tendo sido pedido, a ninguém da Proteção Civil para lá ir. Fez-se a inauguração porque se tinha que fechar o programa, oficialmente tinha de ser inaugurado. Nessa altura, ainda nem certos pormenores da obra estavam prontos, havia algumas coisas que não estavam prontas. E tanto não estavam que o empreiteiro, a seguir, não as concluiu. Todos sabem que o empreiteiro já está em insolvência terá que se recorrer às garantias bancárias. Em relação à questão das portas de emergência e à altura dos poiais optou-se por pedir mesmo uma inspeção oficial, pois reparamos algumas coisas que podem não ir ao encontro da realidade. A questão da porta que está fora do sítio, que foi referido numa Assembleia Municipal, não será mudada, enquanto a Proteção Civil não disser que é mesmo necessário ser mudada. Os técnicos da câmara viram que ela estava fora do sítio, pois olharam para o projeto, olharam para a porta e viram automaticamente que ela estava fora do sítio. A



outra porta, da outra saída de emergência, onde há uma janela de esfumagem que abre se houver um incêndio lá dentro, abre e tranca automaticamente a porta, pois a porta fica com 20 centímetros de abertura. Ao nível da questão dos degraus, têm quase um metro de altura, não é qualquer perna que chega ali e que sobe aquelas bancadas, juntamente com um interruptor para baixar as tabelas que está a quatro metros de altura, toda a gente, nem precisa de ser técnico para perceber que aquilo não está bem, que não se pode utilizar. Portanto, todas as informações que se tem, estas e algumas mais, não foram dadas para a proteção civil, não estando a mesma a falhar. Atualmente o engenheiro sugeriu que fizesse primeiro esta parte do AVAC, a parte das ligações, estando tudo isso revisto e será pedido a inspeção oficialmente à Proteção Civil. Para eles virem e dizerem o que temos a corrigir, achando que há de ter uma solução, não sendo possível desmanchar agora o centro social e fazer outro novo, é uma obra grande demais para isso. Ao nível das ARUS, não há grande evolução, pois o arquiteto com o trabalho que tem já não tem condições de fazer esse processo na Câmara, teremos que contratar esse processo ao exterior. Na questão dos equipamentos mobiliários, o senhor presidente concorda com o senhor vereador pois gostava de tudo uniformizado, mas sabe-se que as pessoas do nosso concelho não gastam dinheiro no mobiliário, pois as marcas oferecem isso. O regulamento existente não diz isso, não diz que as pessoas têm que ter tudo igual e as pessoas vão ao interesse deles. Ora, se podem não gastar dinheiro porque certa marca lhe oferece as cadeiras, as mesas e o guarda-sol e aquelas coisas todas, eles não gastam dinheiro. Se lhe dissermos que tem que ser tudo uniforme, se calhar as marcas já não oferecem, não fazem publicidade. -----

O senhor presidente em relação aos concursos disse que na última reunião tinha sido chamada mesmo a pessoa dos recursos humanos, que esteve a explicar toda a situação dos concursos, e que consta na ata toda a descrição do processo dos concursos. Referiu ainda que não tem dúvida nenhuma que as coisas não são mais rápidas, porque os técnicos também não conseguem fazer tudo. O concurso, principalmente o da DGR, com a questão de haver pessoas de diferentes pontos, de diferentes locais de trabalho, atrasou mais um bocado. Mas a doutora esteve presente a semana passada e explicou exatamente o ponto de situação de cada concurso. Disse também que este concurso em específico não tinha avançado mais porque estava à espera a uma certa altura, depois entrou o tempo de férias e quando chegou agarrou noutros concursos que tiveram que andar e esse acabou por ficar mais atrasado, pois se alguém que referiu que é mau, é para todos e principalmente para os trabalhadores, pois ninguém tem mais preocupação com os trabalhadores que o atual executivo, pois tem passado pelas reuniões foram regularizadas as carreiras dos trabalhadores, o SIADAP em foi posto em ordem, subiu-se as pessoas de carreira que estavam a trabalhar assistentes operacionais que já faziam trabalhos de assistentes técnicos, assistentes técnicos que estavam a fazer trabalhos de técnicos superiores. Portanto, se alguém tem preocupação com os trabalhadores é o executivo, não podendo ser acusado de não ter feito. Não é possível exigir aos poucos trabalhadores que façam trabalhos que eles não conseguem. Disse ainda que se quisesse, solicitava a presença novamente



da Dra. Paula para fazer novamente o ponto de situação, ou para ler a ata ou passar a filmagem, apesar de ser um bocadinho extenso. -----

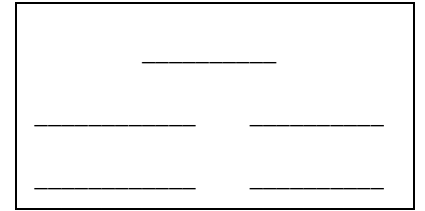
Sobre o mesmo assunto, a senhora vereadora Rita Rafael disse que a dezanove de junho já tinham manifestado a preocupação no que respeitava o concurso de chefe de divisão da DGR e no dia dezassete do sete referimos que devido a Lei 2/2004, que o concurso não estava aberto e que a Câmara estava efetivamente em incumprimento e em ilegalidade. Desde esta altura, que as vereadoras do partido socialista se demarcaram as autorizações para os pagamentos dado que os mesmos eram envolvidos. Portanto, quanto a esta situação, foi a posição destas vereadoras desde dezassete do sete. -----

O senhor presidente esclareceu que não é o Executivo, que decide qual concurso que deve andar mais depressa, os serviços sabem exatamente o que é que têm que fazer, sabem os prazos que têm que dar, sabem a quem é que tem que pedir as coisas, não é o executivo que está a atrasar, não é a incompetência do executivo. Isto são os técnicos, eles fazem aquilo que eles podem. Porque, entretanto, no meio dos concursos há prazos que se têm que esperar, e as trabalhadoras, iniciam outros processos. Portanto, essa gestão cabe a elas, cabe aos recursos humanos, cabe ao chefe de divisão. -----

A senhora vereadora Rita Rafael disse que discorda da opinião do senhor presidente, pois o concurso da DGR é prioritário pois estamos em ilegalidade, não é chegar-se de férias e pegar em concursos que caíram de repente de deixar este para trás. -----

Acrescentou ainda o senhor presidente que na questão do concurso dos motoristas, o motorista começou a trabalhar no dia quinze. Os outros concursos estão a decorrer, alguns estão à espera dos psicotécnicos, outros já concluídos. -----

O chefe de gabinete do senhor presidente fez um ponto de situação dos concursos informando que o concurso do motorista está concluído e o senhor já trabalha, o dos assistentes operacionais está a aguardar-se os testes psicotécnicos, que agora assim designados, ainda são cerca de setenta pessoas pode, portanto, demorar algum tempo. O concurso do GADE está fechado e terminado, e consta na ordem de trabalhos da reunião, uma proposta para utilização da bolsa desse concurso, cujo lugar já tinha sido aprovado no mapa do pessoal, numa anterior alteração. Os da escola estão no ponto em que a vereadora disse que é nos testes psicotécnicos. Os testes psicotécnicos são uma coisa que começa a ser muito complicada de ultrapassar. Porque quando estamos a falar de concursos de dez pessoas, é mais razoável, mas se estivéssemos a falar de concursos de setenta pessoas a fazer testes psicotécnicos no Instituto de Emprego Profissional com dois computadores é difícil. Referiu ainda que houve um dia, no concurso do GADE, que os candidatos chegaram lá e os computadores estavam avariados e portanto teve que se marcar o concurso para o outro dia. Isto é complicadíssimo de resolver, não faz sentido que provas práticas, como o caso dos assistentes operacionais, se tenham conseguido fazer a setenta pessoas numa semana, ou pouco mais que isso, e depois, um teste de avaliação psicológica, que é um teste de resposta



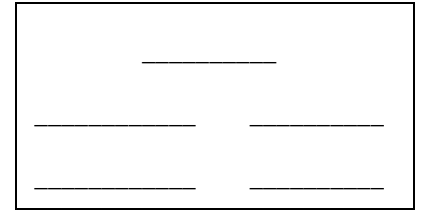
múltipla, demora muito tempo. Há também um concurso por mobilidade, para assistentes técnicos para a DGR, que também está concluído, concorreram três pessoas e irão entrar duas para a DGR. A ideia é que está aberta uma mobilidade para o DIMSU, concorreram três pessoas, duas entram diretamente para a DGR, se a outra pessoa tiver interesse a concorrer ao outro também se resolve com alguma facilidade. O problema aqui é que entre cada concurso, no fim do prazo e no início do outro prazo há um trabalho administrativo a fazer pelo Serviço dos Recursos Humanos, e esse trabalho é exigente. São só aquelas pessoas que estão ali a trabalhar. Há duas pessoas que estão a trabalhar mais próximo dos concursos e isto tudo empata. Mas os concursos estão a decorrer. -----

O senhor vereador António Costa da Silva questionou quantos chefes de divisão tinham concorrido aos concursos, e qual a questão sobre os júris do concurso da DGR. -----

O senhor presidente respondeu que ao concurso de chefe de divisão da Educação tinham concorrido duas pessoas, sendo só o da DGR o único pendente. -----

O chefe de gabinete do senhor presidente explicou que o concurso da DGR não foi publicado ainda, encontrando-se à espera de um parecer jurídico para trazer o concurso à Câmara ou não, pois existem duas opiniões. Uma é que as questões de pessoal são da responsabilidade do órgão, presidente da Câmara e a outra opinião é que tem que vir à reunião de Câmara, sendo o chefe de gabinete da opinião da primeira hipótese, pois foi vereador com pelouros durante oito anos de uma Câmara e os concursos não iam à Câmara para serem lançados, pois a Câmara decide sobre o mapa do pessoal, a Assembleia Municipal decide sobre o mapa do pessoal e depois a Câmara volta a decidir se o mapa do pessoal é ocupado ou não, não fazendo sentido. Por outro lado, a lei é clara quanto às competências próprias, não são delegados, próprias do Presidente da Câmara, que é a gestão do pessoal. São competências próprias do Presidente da Câmara. A divergência é essa, estando a aguardar o parecer, assim que o parecer chegar, se é para vir à Câmara, vem à Câmara de imediato, se não é para vir à Câmara, o senhor presidente faz um despacho de imediato e é para buscar. À questão do júri referiu que pela primeira vez, numa Câmara Municipal, assistiu a um júri composto politicamente com os diversas forças a propor o nome. O que significa que cada elemento do júri, um trabalha na Câmara de Évora, um trabalha na Câmara de Vendas Novas e outro no Instituto da Segurança Social, criando uma entropia para se juntarem, para fazerem a ata, para assinarem a ata, que demorou meses, pois quando se tem alguém internamente a fazer parte do júri, é mais rápido. Esse problema vai voltar a acontecer, quando o concurso se abrir, as candidaturas chegarem, e for preciso avaliar currículos e reunir o júri, esse problema vai voltar a acontecer. Finalizou dizendo que neste momento está-se à espera do parecer jurídico para saber se vai à câmara ou não. -----

O Senhor vereador António Costa da Silva questionou se trazer o assunto a reunião de câmara não se peca por excesso. -----

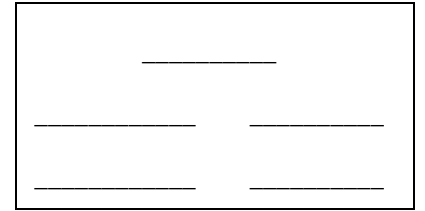


O chefe de gabinete do senhor presidente respondeu que na sua opinião vir a reunião de Câmara, uma deliberação de Câmara, sob um ato próprio das competências do órgão Presidente da Câmara, é uma deliberação nula. Referiu ainda que os vereadores iriam discutir um ponto que na sua opinião não faz sentido nenhum vir a reunião de câmara, mas é uma coisa bem mais leve do que um concurso público, que era a bolsa de recrutamento. Podemos entender que foi uma deliberação ou que foi uma informação de forma diferente, e vem a reunião devido à urgência de introduzir a pessoa no mapa de pessoal afeta à DGR, para a parte da contabilidade, para substituir uma eventual saída. É eventual pois não se pode prever se irá sair, pois não se sabe o resultado do concurso da outra instituição, mas se a pessoa sair no dia seguinte, é necessário alguém que tenha aprendido o serviço. -----

O senhor presidente disse que ao nível da divergência do orçamento, acha que estão a falar do mesmo e com interpretações diferentes. Neste momento o orçamento não está fechado de forma nenhuma, mas estruturado, exatamente para poder discutir com os vereadores, mas não pode mandar com os prazos que se envia para os partidos políticos, um esboço do orçamento que não existe. Como já referido na outra reunião, foi solicitado às divisões, à contabilidade, fizessem o esboço do orçamento para quanto fosse para os vereadores, pois há coisas que têm de ser ali encaixadas, independentemente se concordam, ou não concordamos, têm que ser ali encaixadas. Depois há outras coisas que são flexíveis. Mas a parte que são flexíveis, são as que estão todas em aberto. O dinheiro dos salários, o dinheiro das despesas, está lá tudo encaixado. O resto está lá proposto pelo executivo, uma parte, está lá também que as propostas da oposição, que deram antigamente, nos outros anos, e a proposta que o partido socialista enviou este ano. Referiu que falta olhar para o documento em conjunto e dizerem, o que querem ou não e ver se é possível ou não, para depois se fechar ou alinhar o orçamento e posteriormente vir então à câmara para haver uma discussão mais pormenorizada para darem a opinião, mas na sua opinião acha que está a ir ao encontro daquilo que o VIVA e o PS querem. -----

A discussão do orçamento poderia ter sido mais cedo, se tivesse conseguido, em termos de estrutura toda, mas disse que estávamos exatamente iguais às outras câmaras, quase todas, pois estive em reunião na CIMAC e os dos catorze presidentes de câmara nenhum disse que já o tinha fechado. Até pode já haver algum que não tenho ouvido, mas não ouviu nenhum, estando todos na nossa situação. -----

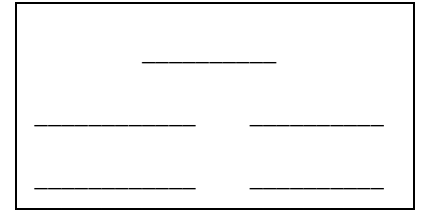
Acrescentou que uma coisa é dizer que envia o orçamento que está fechado e ou concordam ou não. Disse ainda que foi feito e enviado com tempo, uma coisa que não se fazia e que nunca se fez nesta Câmara, na história desta Câmara, a não ser o atual executivo no ano passado, que foi mandar o pedido de propostas aos partidos políticos e para além disso pedir-vos aos vereadores, que nos façam sugestões. Porque é mais fácil se nos fizerem sugestões como fizeram, como o Partido Socialista fez e fomos às vossas sugestões, nos outros anos e encaixámos ali. Seguidamente vai uma estrutura, depois uma reunião ou duas, aquelas que foram necessárias. Achando assim que não se está a ir contra aquilo que os vereadores também



pretendem, pode-se depois divergir nas propostas, agora, na sua opinião o método não pode ser outro, mas de forma nenhuma está a ser imposto ou a fechar um documento e passá-lo para cima dos vereadores, até porque muitos dos programas eleitorais, muitas das propostas são idênticas e algumas iguais. Portanto, na sua opinião acha que podemos ir por este meio, acho que é bastante justo, depois é uma questão dos vereadores, e obviamente, se não quiserem reunir, não pode obrigar. -----

O senhor vereador António Costa da Silva questionou sobre o Centro Social da Aguiar, porque não tinha sido feito anteriormente, porque se esperou tanto tempo. Ou seja, se a questão é chamar a Proteção Civil e a mesma indicar quais são os erros técnicos e quais são as soluções corretivas, neste tempo foi perdido um ano e meio ou mais, sendo essa a questão central. Vindo agora as propostas com as alterações que teremos que fazer e uma nova vistoria, foi perdido bastante tempo. Se eventualmente há convicção que há falhas técnicas tão evidentes, tão impeditivas, que iam ser feitas de imediato, na perspetiva deste vereador era evitado um embaraço institucional, pois é a câmara que fica posta em causa, quando a proteção civil começar a perceber os erros, que se cometeu aqui em Viana do Alentejo, uma situação pouco agradável. Sobre os concursos, é urgente resolver efetivamente a situação, pois andasse há muito tempo à volta de um assunto que também está há quase um ano e meio, embrulhado, não tem outra expressão. É um assunto que tem que ser despachado. Ao nível dos equipamentos imobiliários urbanos, sobretudo esses equipamentos que foram falados, este vereador percebeu que o presidente concorde e percebe a dificuldade que é às vezes sensibilizar as pessoas para o efeito, mas está-se a falar de espaços públicos. Os espaços públicos, esses equipamentos, não são das pessoas, são espaços coletivos, de todos é respeito pelo património de todos e a valorização do património pertence a todos. Entende que seja mais vantajoso receber uma cadeira gratuita de plástico, com publicidade, mas isso fere uma lógica urbana, na perspetiva deste vereador. Referiu ainda que deve ser aqui que o município devia criar um regulamento e sensibilizar e até tentar incentivar com algum apoio, se fosse necessário, porque é uma questão semelhante a fazer uma intervenção da regeneração urbana na rua, pois está-se a fazer a mesma coisa, pois quando se faz uma intervenção urbana, tem custos, mas é feito porque melhora a qualidade urbana, a qualidade de vida, melhor é também em termos de competitividade, em termos turísticos para os receber visitantes, para o património estar melhor valorizado. E quando se encontram espaços públicos com relevância como a nossa e que tiveram essa intervenção urbana, essa regeneração e revitalização, nalguns casos, depois encontra-se este mobiliário que contraria aquilo que foi feito nos equipamentos, sendo na opinião deste vereador uma questão de coragem política. -----

Também em relação à questão da ARU, referiu não esquecer que cada dia que não se age, independentemente das dificuldades internas, mas cada dia que não age, está-se a não permitir que, na mesma lógica do anterior, os concidadãos tenham um benefício por na sua zona, não puderem fazer o que querem. Isto é um mínimo, ou seja, quem tem uma casa no centro urbano, tem um espaço qualquer,



portanto na nossa região é mais difícil, estão inibidos de se fazer o que quiser. Este benefício da ARU é precisamente para as pessoas beneficiarem de um bem coletivo. Por isso, na perspetiva deste vereador, é urgente que as pessoas tenham esse direito. Finalizou dizendo que em relação ao orçamento, tem uma visão diferente, não só pela aplicação dos fundos, mas pela metodologia não ser essa, achando que primeiro, apresenta-se uma proposta e sobre a proposta discute-se. Assim está-se a fazer o contrário, estando a encaixar e engavetar ideias, projetos, não numa proposta global. Contudo, também se vê isso a nível nacional, e noutros sítios. Terminou referindo que não é possível comparar com os outros municípios, por uma razão muito simples, a grande maioria dos municípios não necessitam tanta negociação como o município de Viana do Alentejo tem que ter. Não necessitam, têm maiorias absolutas, estão mais à vontade, ou têm já acordos estabelecidos para poderem governar com outra lógica, e Viana não tem. A grande maioria são municípios que já têm essa situação estabilizada e não precisam trabalhar com tanta antecedência para garantir que conseguem ter os seus instrumentos viabilizados. -----

O senhor presidente disse que não concorda com o senhor vereador António Costa da Silva, pois na sua opinião estão os dois a dizer a mesma coisa, pois o documento é uma proposta e o que tem para apresentar é uma proposta, não estando a encaixar nada, há partes técnica que é o que se tem estado a fazer e o resto são propostas já incluindo algumas propostas vossas. Sobre as ARUS disse que concordava que há muita necessidade, tendo que se ir por prioridade e sabendo que esta é uma prioridade que tem influencia direta nos municípios, mas ainda não foi possível lá chegar. -----

O Senhor Presidente entrou em seguida no período da ordem do dia: -----

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião - A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta, no final da reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

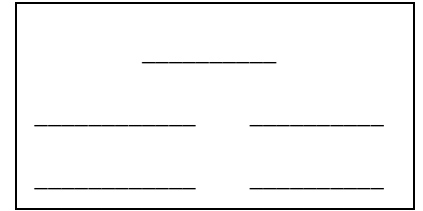
Ponto dois) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 1 de fevereiro de 2023; -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata da reunião realizada no dia 1 de fevereiro de 2023. Não votou esta proposta a vereadora Rita Rafael por não estar presente na reunião. -----

Ponto três) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 6 de novembro de 2024; -----

Após efetuadas as correções a câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata da reunião realizada no dia 6 de novembro de 2024. Não votou esta proposta o vereador António Costa da Silva por não estar presente na reunião. -----

O senhor vereador António Costa da Silva pediu para fazer uma declaração de voto, por não ter estado presente nem na reunião, nem no funeral do professor Rui Gusmão, deixando o seu voto pesar pessoal pois o mesmo foi seu colega vereador há uns anos atrás, nesta câmara, dizendo que o mesmo era um homem cortês sempre na sua forma de estar e viver, e na sua postura política que sempre teve e coerência

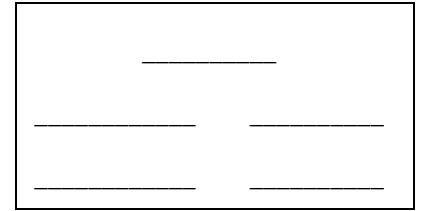


que deve ser valorizado, deixou assim o seu voto de pesar à família mas também ao partido socialista pois o mesmo era militante deste partido e à camara. -----

O senhor presidente informou que na reunião anterior se tinha juntado ao voto de pesar no partido socialista. -----

Ponto quatro) Informação sobre a atividade da Câmara – O Senhor Presidente deu conhecimento sobre a atividade da Câmara Municipal no período de 1 de novembro a 15 de novembro de 2024: -----

Dia 1 de novembro, o presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte, a convite do Clube Amadores de Pesca, esteve presente no almoço-convívio realizado, em Aguiar, e na entrega de prémios do VII Campeonato Intersócios do CAP de Viana do Alentejo, que decorreu na Barragem Trigo do Morais, Barragem de Odivelas e no Rio Xarrama, em Aguiar. Dia 8 de novembro, o presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte, e o seu chefe de gabinete, Eduardo Luciano, a convite do presidente da Câmara da Golegã, e por inerência presidente da Feira Nacional do Cavalo, António Camilo, estiveram presentes na cerimónia e almoço oficial da secular Feira de São Martinho, XLVIII Feira Nacional do Cavalo e XXV Feira Internacional do Cavalo Lusitano, na Vila da Golegã. No mesmo dia, o presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte, e o seu chefe de gabinete, Eduardo Luciano, na sequência do trabalho que tem sido desenvolvido no âmbito da constituição da Associação de Municípios Portugueses do Cavalo, estiveram presentes numa reunião realizada no Auditório do Equuspolis, na Golegã, onde foram apresentados os documentos elaborados até ao momento e esclarecidas eventuais dúvidas. Dia 9 de novembro, o presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte, a convite do presidente da Junta de Freguesia de Vila de Frades, Diogo Conqueiro, esteve presente na inauguração da Feirinha de S. Martinho, junto ao mercado municipal. No mesmo dia, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, a convite da EPRAL – Escola Profissional da Região Alentejo, esteve presente na Cerimónia de Entrega de Diplomas aos alunos dos Ciclos de Formação 2017/2020, 2018/2021, 2019/2022, 2020/2023, 2021/2024, realizada na Arena D'Évora. Ainda nesse dia, o presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte, a convite do presidente do júri dos Prémios Alentejo e da Revista Mais Alentejo, António Sancho, esteve presente na cerimónia da XXII Gala dos Prémios Alentejo, realizada no Salão Preto e Prata do Casino do Estoril. O Santuário de N.ª Sr.ª D'Aires esteve a votação para a categoria "Mais Tradição". No dia 10 de novembro, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, a convite do presidente da Câmara Municipal da Golegã, António Camilo, signatário da futura Associação das Cidades e Vilas Equestres, esteve presente na XLVIII Feira Nacional do Cavalo 2024, acompanhada pelo Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas, que atuou no palco tradição que tem como objetivo a promoção e divulgação da cultura e tradições equestres dos diferentes contextos territoriais que farão parte da Associação de Cidades e Vilas Equestres, potenciando, assim, todo o território nacional como destino equestre de excelência. Dia 12 de novembro, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, a secretária do gabinete de apoio à vereação, Vanda Tiago, e a técnica do Município, Vitória Duarte, estiveram presentes a convite da CCDRA, IP. - Comissão de

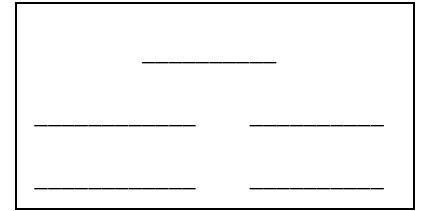


Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P., no evento "O Papel do Turismo na Rede de Espaços Coworking", onde foi discutida a importância do turismo local como parceiro dos espaços de coworking e as oportunidades associadas aos nómadas digitais, realizado no Gandum Village, em Montemor-o-Novo. (ordem de trabalhos infra). Dia 14 de novembro, no período da manhã, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, procedeu ao atendimento aos munícipes, na Delegação da Câmara, em Alcáçovas. No período da tarde, o presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte, procedeu ao atendimento aos munícipes, no edifício dos Paços do Concelho, em Viana. Dia 15 de novembro, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, e a secretária do gabinete de apoio à vereação, Vanda Tiago, estiveram presentes na reunião ordinária da Assembleia Geral da APTCVC - Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica, realizada no Redondo. No mesmo dia, o chefe de gabinete do presidente da Câmara, Eduardo Luciano, a convite a Fundação INATEL, esteve presente na inauguração da exposição intitulada "ERA UMA VEZ... 33 ANOS", na Galeria INATEL, em Évora. Nesse mesmo dia, o chefe de gabinete do presidente da Câmara, Eduardo Luciano, esteve presente, a convite do Núcleo de Évora da Liga dos Combatentes, na cerimónia do 106º Aniversário do Armistício da Grande Guerra e 50º Aniversário do fim da Guerra do Ultramar, que pretendeu honrar a memória dos portugueses mortos em combate e homenagear os antigos combatentes que lutaram em defesa da pátria, realizada no Palácio do Barrocal, no INATEL, em ÉVORA. À noite, o presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte, esteve presente na cerimónia "Dia do Diploma", que teve lugar no Cineteatro Vianense, promovida pelo Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo, com o objetivo de reconhecer o mérito dos alunos que, durante o ano letivo anterior, se distinguiram e integram o Quadro de Excelência e de Valor. O Município de Viana ofereceu a 69 alunos do 1º, 2º e 3º ciclos e ensino secundário, um voucher para aquisição de material escolar, no valor de 12,00€ cada. Este apoio totalizou um custo de 1.828,00€ suportado integralmente pelo Município. Como vem sendo hábito, o Município de Viana, no âmbito do Regulamento do Prémio de Mérito, atribuiu um cheque no valor de 500,00€ ao melhor aluno do curso científico- humanístico de Ciências e Tecnologias, Ganliang Zhu, e à melhor aluna do curso profissional/tecnológico de Desporto, Joana Correia. Esta distinção visa reconhecer a cultura de mérito e de esforço demonstrado pelos alunos, sendo um incentivo para o seu empenho escolar. -----

Ponto cinco) Proposta da ratificação da 35ª alteração orçamental que integra a 32ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa e a 19ª alteração permutativa ao PPI; -----

A Câmara deliberou ratificar, por maioria, com dois votos favoráveis e duas abstenções, por parte da Senhora Vereadora Rita Rafael e do Senhor Vereador António Costa da Silva a proposta da ratificação da 35ª alteração orçamental que integra a 32ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa e a 19ª alteração permutativa ao PPI; -----

Ponto seis) Proposta de aprovação da 36ª alteração orçamental, que integra a 33ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa, a 27ª alteração permutativa ao PAM e a 20ª alteração permutativa ao PPI; --

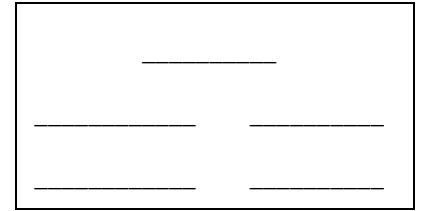


A Câmara deliberou aprovar, por maioria, com dois votos favoráveis e duas abstenções, por parte da Senhora Vereadora Rita Rafael e do Senhor Vereador António Costa da Silva a 36ª alteração orçamental, que integra a 33ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa, a 27ª alteração permutativa ao PAM e a 20ª alteração permutativa ao PPI. Interveio a senhora vereadora Rita Rafael que questionou sobre as alterações na rubrica das despesas com pessoal, voltando a frisar que é necessário muito cuidado neste ponto pelo facto de tocar na vida dos funcionários, verificando também transferências com saldos de mil euros, questionando se a câmara está a passar por alguma dificuldade. Por último referiu que também se verificou alterações na rubrica dos parques infantis, sendo que quanto aos parques o presidente tinha se comprometido a reabilitar os mesmos, mas até ao momento nada aconteceu, e até ao fim do ano não acontecerá certamente, achando que por isso será feita a alteração, contudo cada vez temos menos espaços para as crianças brincarem com qualidade. -----

O senhor presidente respondeu, confirmando que de facto existiu mexidas na rubrica do pessoal indo de encontro com o que tem sido dito em reuniões anteriores, pois foi dinheiro sobranço que está a ser alocado a horas extraordinárias e a outra rubrica de pessoal, confirmando que o orçamento estava bem feito, pois deve ser feito por excesso para no final serem realizados os acertos. Em relação aos saldos de mil euros o presidente referiu que pode ser sobranço de algumas iniciativas, e que nesta altura não se pode dizer que se está à vontade, pois anda-se a “rapar o tacho” pois esteve-se a trabalhar com o orçamento de 2023 com os preços atualizados agora, andando a tirar-se de um lado e por do outro, mas sem qualquer problema económico, até porque o município de viana não é um município rico, não tem muito dinheiro, mas tem dinheiro, só que está-se a rapar o orçamento, adaptando-o aos últimos meses como dinheiro que sobra de algumas rubricas. Em relação aos parques infantis, desde o concurso que vai ser lançado rapidamente até ao primeiro pagamento aquele dinheiro não vai ser preciso, pretendendo-se fazer o procedimento todo normal, com os valores que são, pois, para abrir o concurso é necessário ter a verba alocada àquela rubrica para este ano, sendo que da verba já alocada sobrou, estando em condições de se avançar com este concurso como também com os campos de padel, mas os pagamento já serão no ano seguinte, sendo a justificação da mexida nas rubricas. -----

Ponto sete) Proposta de aprovação da 5ª Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal para 2023, em vigor em 2024; -----

O presidente fez uma pequena explicação, sendo que as primeiras duas situações são apenas para mudar de áreas, devido às principais e mais urgentes necessidades do município, temos o caso do turismo que se tem tido muita dificuldade em manter tanto o castelo como o paço aberto, porque existe muita dificuldade no turismo, daí a proposta. De seguida explicou que os pedidos para mais assistentes operacionais são exclusivamente para colmatar os problemas que tem existido no agrupamento de escolas, sendo lugares para abrir a mais, retirando os funcionários que estão na escola através de programa, de seis em seis meses,



colocando pessoas efetivas na escola. Fez referência que na ultima reunião tinha sido defendido pelas senhoras vereadoras que não se deve continuar com a situação das pessoas na escola que não criam estabilidade, tendo sido posteriormente falado com o diretor da escola e procurado soluções para a situação. -----

A senhora vereadora Rita Rafael questionou se estes lugares eram para além das reformas. -----

O senhor presidente respondeu que esses lugares se estão a resolver com o concurso para a escola recorrendo-se à bolsa de recrutamento. Referiu ainda que o pedido era para que se abrisse lugar no mapa, sendo que se existir lugar, pode-se ir buscar pessoas à bolsa, não sendo necessário abrir-se um concurso. O que se está a pedir é que sejam os seis lugares criados no mapa, após conversa com o professor, chegou-se à conclusão que eram necessárias treze pessoas. Foi visto as pessoas que estavam na escola, as pessoas da IEPF chegando-se à conclusão que, nove pessoas, seria aquilo que a câmara tem a obrigação de lá colocar e que colmatava os problemas, tirando as pessoas do IEPF que lá estão de seis em seis meses. Explicou ainda que três dessas nove pessoas estão na baixa através da CGA, sendo a câmara que tem de a pagar por inteiro, duplicando assim a despesa do lado do município, daí ter sido feita a sugestão de seis pessoas, tirando as pessoas do IEPF colocando-se seis novos postos de trabalho efetivos, não se andando a substituir pessoas, julgando-se que com esta proposta se terminava com as situações precárias de pessoas na escola, posteriormente com a organização do diretor, pois quem gere as pessoas dentro do agrupamento de escola é o diretor, mas ponhamos as ferramentas para o mesmo puder trabalhar, ficando à consideração dos senhores vereadores. -----

A senhora vice-presidente informou que o diretor da escola também nos solicitou as pessoas para dar apoio a crianças com necessidades educativas especiais, pois existem na escola algumas crianças com algumas dificuldades que precisam de um apoio personalizado, essas três pessoas seriam destinadas a ficar com estes alunos, pois eles necessitam de uma pessoa que esteja só com eles. -----

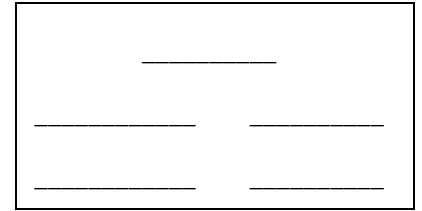
O senhor presidente acrescentou que a proposta é de 6 pessoas, das 13 que o diretor entendeu que precisaria, a proposta da câmara, depois de ter sido analisado, é que sejam 6 lugares. -----

O senhor vereador António Costa da Silva interveio questionando se esses lugares estão acima daquilo que está contratualizado com o Estado Português, de aquilo que eram os números do contrato. -----

O senhor presidente da câmara explicou que o rácio da escola está preenchido com as pessoas que dos programas CEI ou CEI+. -----

De seguida, a senhora vereadora Rita Rafael interveio dizendo que na sua opinião, se tivesse ido à bolsa anteriormente em vez de se ter ido aos CEI, nada disso tinha acontecido. -----

Em resposta, o senhor presidente questionou como poderia ter sido feito, pois não existia lugar no mapa de pessoal. -----



A senhora vereadora Rita Rafael respondeu afirmando que os lugares no mapa não existiam por se ter ido buscar os CEI. -----

O senhor presidente respondeu à senhora vereadora explicando que os CEI não ocupam lugar no mapa. ---

A senhora vereadora Rita Rafael fez referência a reuniões anteriores onde o assunto foi abordado, afirmando que os CEI contam para o rácio. -----

O senhor presidente explicou que foi necessário colmatar-se os lugares em falta com as pessoas dos programas por não existirem lugares no mapa de pessoal, combatendo o rácio. -----

A senhora vereadora Rita Rafael referiu que em agosto, quando foi abordado este tema, foi dito que os CEI contavam para o rácio e por isso não foram à bolsa. Se não tivessem ido buscar os CEI e tivessem ido à bolsa, poderiam ter colocado as pessoas para preencher o rácio e depois ter ido então buscar os CEI à mesma. -----

O senhor presidente respondeu que não poderia pois não tínhamos lugar no mapa. -----

De seguida a senhora vereadora Rita Rafael questionou se na altura não tínhamos lugar no mapa, como poderia agora ter. -----

O senhor presidente esclareceu que não tínhamos, daí estar agora a solicitar. Explicou ainda que tem de ser feita uma divisão, uma coisa é o rácio, e esse é possível combater e preencher com pessoas dos programas outra coisa é lugares no mapa de pessoal. -----

A senhora vereadora Rita Rafael questionou a quantidade de pessoas que havia do mapa de pessoal aprovado, estando a questionar o mapa geral da câmara. -----

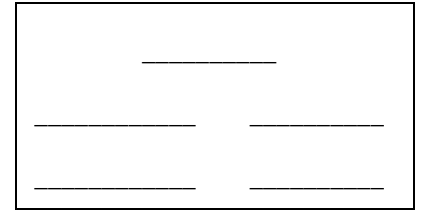
O Senhor presidente respondeu que na segunda mapa de pessoal tinha sugerido que fossem retiradas as pessoas do programa e fossem colocadas pessoas efetivas na escola. -----

A senhora vereadora Rita Rafael disse que iriam ser colocados assistentes operacionais a tomar conta de crianças autistas, continuando com o problema. -----

O senhor presidente respondeu que a questão da gestão é efetuada pelo diretor da escola, a câmara está a criar condições para se ter as pessoas, e depois o diretor é que as coloca, não sendo obrigado a colocar as pessoas a tomar conta das crianças, podem gerir os locais das pessoas como quiser. -----

A senhora vereadora Rita Rafael solicitou que quanto ao mapa de pessoal que lhe fosse facultado quantas pessoas é que já entraram e quantos lugares existem ainda por preencher. -----

O senhor presidente explicou que não deixamos de precisar do jurista, está a ser prioritário uma pessoa para o turismo, visto que se tem um contrato na empresa de juristas e não se tem conseguido contratar pessoas para o turismo através de uma empresa, abdicando por algum tempo de um jurista, pois pode-se colmatar por termos a empresa e mete-se um técnico de turismo, e que o setor de pessoal iria enviar o mapa atualizado para consulta. -----



O senhor presidente referiu ainda que apesar de poder utilizar o voto de qualidade não o quis fazer, mas sim entrar em acordo com os vereadores, podendo alterar a proposta. -----

A senhora vereadora Rita Rafael questionou ainda sobre o que tinha sido falado na reunião anterior, que com as reformas eram necessárias seis assistentes operacionais, se assim seriam sete pessoas, mais estes seis lugares que estavam a ser discutidos, se daria as treze pessoas que eram necessárias. -----

O senhor presidente explicou que os sete postos são para substituir as reformas, e que uma coisa é o compromisso da câmara com a escola de substituir as pessoas quando se reformam, daí ter-se aberto o concurso, outra coisa são estes lugares que estão a ser discutidos, dando no total as treze pessoas por coincidência. -----

O senhor vereador António Costa da Silva disse que não fugia um milímetro do acordo que foi feito em determinada altura, com todas as exceções de compromisso das eventuais saídas dos trabalhadores, pois da nossa parte isto implica um acréscimo de funcionários por isso votarem contra. -----

O senhor presidente questionou se na opinião do senhor vereador se continuava a colocar pessoas de seis em seis meses na escola para tomar conta das crianças. -----

O senhor vereador António Costa da Silva respondeu que sim, pois são pessoas na mesma. -----

A senhora vice-presidente interveio dizendo que é lógico que as pessoas não podem ser qualquer pessoa, e está-se a falar de crianças, principalmente de crianças de jardim de infância e de primeiro ciclo que precisam de estabilidade. Disse ainda que não estão a ser colocadas pessoas só porque sim, são pessoas necessárias numa escola, e não é só fazer uma escola nova, é também colocar e ter condições. E neste caso, estamos a falar de crianças pequeninas em que estão constantemente a abrir-se a porta e está a outra pessoa para as receber. Se pudermos alterar, estamos a fazer bem às crianças do concelho. -----

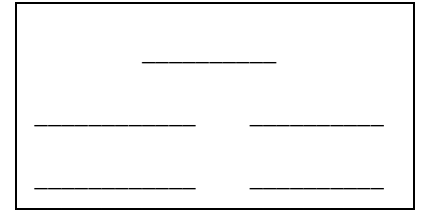
O senhor vereador António Costa da Silva disse que para três crianças especiais, pessoas que não têm essa formação, para áreas tão sensíveis, na sua opinião é um erro. Ainda assim não se garante a estabilidade com as pessoas do programa, mas garante-se que não existam roturas. -----

O senhor presidente sugeriu que fosse feita uma nova proposta, retirando os seis postos de trabalho mantendo só a alteração das carreias, estando a substituir técnicos superiores por técnicos superiores. ---

Com as alterações feitas, a Câmara deliberou aprovar, por maioria, com três votos favoráveis e uma abstenção, por parte da Senhora Vereadora Rita Rafael. -----

Ponto oito) Proposta de aprovação de utilização da reserva de recrutamento do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público – Técnico Superior (Economia/Gestão);

Por maioria, com duas abstenções por parte do senhor vereador António Costa da Silva e da senhora vereadora Rita Rafael, a Câmara deliberou aprovar, a utilização da reserva de recrutamento do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público – Técnico Superior (Economia/Gestão). -----



O senhor presidente referiu que não era de acordo com este ponto, pois na sua opinião este ponto é da sua competência direta, não é uma delegação de competências, contudo, pois existe alguma pressa que este concurso se resolva preferiu-se trazer este ponto à câmara. -----

Ponto nove) Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas (Aquisição de fardamento); -----

Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar, a transferência de verba para o Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas (Aquisição de fardamento) no valor de 1.600€ (mil e seiscentos euros); -----

Ponto dez) Proposta de transferência de verba para a Associação Musical de Artes e Tradições de Alcáçovas - (Mercadinho de Natal); -----

Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar, a transferência de verba para a Associação Musical de Artes e Tradições de Alcáçovas - (Mercadinho de Natal) no valor de 600,00€ (seiscentos euros); -----

Ponto onze) Proposta de transferência de verba para a Fábrica da Igreja Paroquial de Alcáçovas (Cante ao Menino); -----

A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade a transferência de verba para a Fábrica da Igreja Paroquial de Alcáçovas (Cante ao Menino), no valor de 150,00€ (cento e cinquenta euros); -----

Ponto doze) Proposta de transferência de verba para o Grupo Associativo de Jovens de Aguiar (Festa de Verão - Summer Time 2024); -----

Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar, a transferência de verba para o Grupo Associativo de Jovens de Aguiar (Festa de Verão - Summer Time 2024) no valor de 400,00€ (quatrocentos euros); -----

Ponto treze) Proposta de transferência de verba para a Associação Desportiva dos Caçadores e Pescadores de Aguiar; -----

A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade a transferência de verba para a Associação Desportiva dos Caçadores e Pescadores de Aguiar, no valor de 2.624,79€ (dois mil seiscentos e vinte e quatro euros e setenta e nove cêntimos); -----

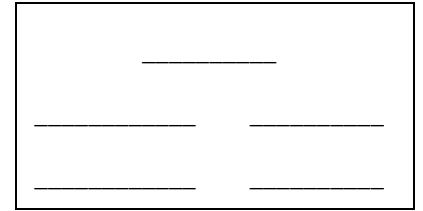
Ponto catorze) Proposta de transferência de verba para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo; -----

Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar, a transferência de verba para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo, no valor de 3.700,00€ (três mil e setecentos euros); -----

Ponto quinze) Proposta de aprovação do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município de Viana do Alentejo e o Clube de Atletismo de Viana do Alentejo; -----

A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba, no âmbito do contrato-programa a celebrar com o Clube de Atletismo de Viana do Alentejo; -----

Ponto dezasseis) Proposta de aprovação do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município de Viana do Alentejo e a Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense; -----



A senhora vereadora Rita Rafael referiu que é impossível fazer o contrato-programa com a ACRA pois a lei não o permite. O Regime Jurídico aplicável à celebração dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo consta do Decreto-Lei número 273/2009, de 1 de outubro, com a redação dada pelo Decreto-lei número 41/2019, de 26 de março. No número 1 do artigo 3º do Diploma, é referido quem pode celebrar contratos-programa de desenvolvimento desportivo. Para ser possível enquadrar a ACRA no leque das entidades que podem beneficiar deste apoio, tinha de ser possível colocá-la em alguma das alíneas do número 1 do artigo 3º, mas não existe alínea onde possa ser enquadrada, para ser por exemplo na alínea d), tinham de lhe chamar "associação promotora do desporto". Contudo, não é possível porque existem Diplomas que definem o que são "associações promotoras do desporto". A título de exemplo: o Artigo 33 da Lei número 5/2007, de 16 de janeiro que é a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto e ainda o Decreto-Lei número 279/97, de 11 de outubro. Portanto, para se enquadrar na possibilidade de se celebrar contrato-programa, era necessário a ACRA dedicar-se exclusivamente à atividade desportiva. A mesa vereadora fez ainda uma declaração de voto referindo que o PS vota contra dado que a documentação e o processo que aqui constam são ilegais, nada contra a associação obviamente, mas não podemos compactuar com estas ilegalidades. -----

O senhor vereador António Costa da Silva referiu que tinha algumas dúvidas, mas não tinha analisado com a mesma intensidade que o Partido Socialista o fez, sendo importante aferir com algum cuidado, antes de qualquer votação, não sendo simpático votar contra um contrato com uma entidade local, analisar qual o melhor enquadramento para qualquer contrato que venha a ser feito com a ACRA, evitando estar-se a cometer alguma ilegalidade. -----

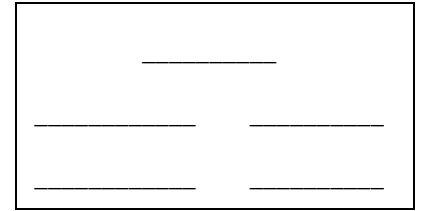
A senhora vereadora Rita Rafael, deu a sua opinião dizendo que deveria ter-se cuidados redobrados no envio do ponto, uma vez que a vice-presidente faz parte da direção da associação, sugerindo o pedido de parecer jurídico. -----

O senhor presidente referiu que não queria fazer uso do voto de qualidade, dando razão aos vereadores nas dúvidas sobre o ponto dizendo que também tinha algumas. Sugerindo que o ponto fosse retirado. ----

Ponto dezassete) Proposta de aprovação das normas regulamentares da 6ª edição da Corrida Viana a Par de Alvito; -----

Com um voto contra por parte da senhora vereadora Rita Rafael, uma abstenção por parte do senhor vereador António Costa da Silva e dois votos favoráveis, a Câmara deliberou aprovar as normas regulamentares da 6ª edição da Corrida Viana a Par de Alvito. -----

A senhora vereadora Rita Rafael referiu que para existirem normas regulamentares é necessário um regulamento. A aprovação de normas regulamentares do Viana a par de Alvito é uma violação da Lei, pois isso não existe. Para aprovar normas regulamentares, têm de se seguir os passos para a elaboração do regulamento, aliás, um regulamento é um conjunto de normas regulamentares, o que aqui não consta.



Trata-se, portanto, de mais uma violação da Lei, sendo que tal nem precisa vir a reunião de câmara. Fez ainda, esta vereadora, uma declaração de voto referindo que o presidente que assine o documento e não traga esta situação para a reunião de câmara para os Vereadores, pois não faz qualquer sentido nem é necessário. -----

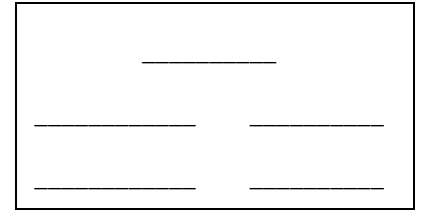
Ponto dezoito) Proposta de Adesão do Município de Viana do Alentejo à Associação de Municípios

Portugueses do Cavalo; -----

Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar a Adesão do Município de Viana do Alentejo à Associação de Municípios Portugueses do Cavalo. -----

O chefe de gabinete do senhor presidente informou que este processo teve início em junho de 2022, quando o senhor presidente da câmara solicitou ao seu chefe de gabinete que se desloca-se a Ponte de Lima para uma reunião preparatória para a criação desta associação de municípios, que em princípio não seria propriamente uma associação de municípios, mas uma associação mais alargada que teria também as Associações Equestres, tendo ido a essa reunião com o representante da Associação Equestre de Viana do Alentejo. Posteriormente existiu outro momento, em Ponte de Lima também, onde se aprofundou e se assinou um protocolo, e depois disso começou-se a trabalhar na criação da Associação de Municípios Portugueses do Cavalo. Manteve-se a ideia que a Associação pudesse ter sócios públicos e privados, ou seja, municípios e sócios privados, até que se concluiu que isso seria uma complicação para criar a Associação e então o Município da Golegã e o Município de Ponte Lima resolveram contratar uma consultoria externa para fazer estatutos, delineando todo o processo de criação da associação. Neste momento há volta de três dezenas de municípios interessados, tendo os municípios concordado levar às suas reuniões de câmara a aprovação da participação na Associação e depois levar às respetivas Assembleias Municipais, para que na primeira iniciativa relacionada com o cavalo, que será em janeiro, poderemos então formalizar a criação da associação. Na última reunião na Golegã, foi levantada a questão pelo seu Presidente da Câmara da necessidade ou não de aparecer no Tribunal de Contas. A empresa disse que não havia necessidade porque se tratava de uma associação de municípios com fins específicos e, portanto, não era necessário esse tal parecer. Foi solicitado, nos documentos que nos enviaram, nos quais estão os estatutos, que nos enviassem também um parecer jurídico. Portanto, como veio o parecer jurídico também, aquilo que se propõe a isto é a adesão ao processo inicial da criação. o município de Viana será sócio e fundador da Associação dos Municípios Portugueses do Cavalo. A associação tem um fim que os seus vereadores leram e tem a ver com a criação de circuitos turísticos, a possibilidade de apoios por via de financiamentos conjuntos. Penso que é muito interessante, tendo em conta que é um nicho de turismo que é importante e que é interessante. -----

O senhor vereador António Costa da Silva referiu-lhe parece interessante a participação do município tendo em conta algumas atividades desenvolvidas locais, algumas associações que desenvolvem atividades locais



e não só, o conjunto de circuitos que já são estabelecidos e trabalhos e iniciativas na área equestre que são desenvolvidas no Concelho, poder ter uma participação mais ampla e o Concelho beneficiar por isto. Até porque Moita Viana do Alentejo que é uma marca bastante importante, a Romaria, onde o cavalo tem uma presença importantíssima. -----

O chefe de gabinete do senhor presidente explicou ainda que o valor da quota que está estabelecido inicialmente são mil e quinhentos euros por ano, sendo que quem determina a quota será a Assembleia Geral que posteriormente irá reunir. -----

O senhor presidente referiu que na sua opinião é de todo interesse para o nosso concelho, e como disse o senhor vereador Costa da Silva, não só por a romaria, mas também, obviamente que a romaria é o evento maior que nós temos e já é uma marca a nível nacional, mas também por as associações que temos no nosso concelho que já estão muito enraizadas e muito familiarizadas com a questão do cavalo, porque se calhar muita gente não se apercebe, obviamente que os senhores vereadores, pois passa por aqui também a maior parte das vezes, mas já essas associações já fazem várias iniciativas ao longo do ano, fazem várias iniciativas relacionadas com o cavalo, passeios a cavalo, outra parte cultural também dentro do cavalo, colaboram muito com outras associações e às vezes com as escolas e com outras associações também em algumas iniciativas. Portanto, temos uma ligação até se calhar um bocadinho mais forte àquilo que as pessoas muitas vezes se apercebem aos cavalos. Na sua opinião acha que faz todo o sentido pertencer-se à associação e faz todo o sentido o Concelho de Viana Alentejo ser um Concelho fundador desta associação. O senhor vereador António Costa da Silva fez ainda referência que no Concelho de Viana do Alentejo existe uma escola de arte equestre, que tem grande reputação na região, portanto esta importância mesmo para atividade económica é algo que merece relevo. -----

O senhor presidente referiu que existe essa, mas também existem outras mais pequenas, referindo que já existe muita atividade na área do cavalo, mais do que a muita gente se apercebe. -----

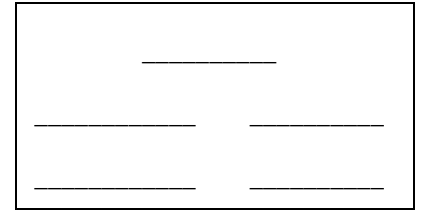
Ponto dezanove) Proposta de aprovação do Diagnóstico Social e do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Viana do Alentejo, no âmbito da medida Radar Social; -----

A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade o Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Viana do Alentejo, no âmbito da medida Radar Social; -----

Ponto vinte) Proposta de Atribuição de subsídios, no âmbito da Ação Social Escolar – Ano Letivo 2024-2025 - Ensino Pré-Escolar; -----

De acordo com a proposta da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a atribuição de subsídios a um aluno do Ensino Pré-Escolar da freguesia de Alcáçovas; -----

Ponto vinte e um) Proposta de Atribuição de subsídios, no âmbito da Ação Social Escolar – Ano Letivo 2024-2025 - 1º Ciclo do Ensino Básico; -----



De acordo com a proposta da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a atribuição de subsídios a um aluno da freguesia de Alcáçovas e a um aluno da freguesia de Aguiar, que frequentam o 1º Ciclo do Ensino Básico; -----

Ponto vinte e dois) Proposta de aprovação dos valores e número máximo de inscrições para os programas da Oficina Aberta - Pausas Letivas do Natal e da Páscoa, Ano Letivo 2024/2025; -----

Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar os valores e número máximo de inscrições para os programas da Oficina Aberta - Pausas Letivas do Natal e da Páscoa, Ano Letivo 2024/2025; -----

Ponto vinte e três) Proposta de emissão de Licença especial de ruído, para a realização do evento "Festas de Novembro", no dia 22 de novembro de 2024, em Viana do Alentejo; -----

A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade a emissão de Licença especial de ruído para a realização do evento "Festas de Novembro", no dia 22 de novembro de 2024, em Viana do Alentejo; -----

Ponto vinte e quatro) Proposta de venda de lote de terreno para instalação de atividades económicas na ZIVA - Zona Industrial de Viana do Alentejo; -----

A Câmara aprovou por unanimidade, a venda de lote de terreno para instalação de atividades económicas na ZIVA - Zona Industrial de Viana do Alentejo; -----

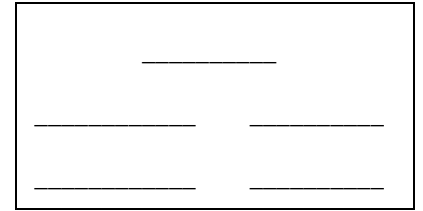
O senhor presidente referiu que foi mais um esforço e mais um reforço para dar provas que estão disponíveis colocando novamente um lote à venda, tendo sido manifestado interesse por algumas pessoas acabando só por concorrer uma. Será mais um empresário, que neste caso será um gosto a dobrar pois o mesmo não é do concelho, indo se estabelecer por aqui. Não só será bom por se estar a ajudar um empresário, mas também por se estar a trazer de fora para dentro do concelho. -----

Ponto vinte e cinco) Proposta de aprovação do 3º pedido de prorrogação do prazo da empreitada de requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, em Viana do Alentejo; -----

A Câmara deliberou aprovar, por maioria, com três votos favoráveis e uma abstenção, por parte da Senhora Vereadora Rita Rafael o 3º pedido de prorrogação do prazo da empreitada de requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, em Viana do Alentejo; -----

A senhora vereadora Rita Rafael disse que o que era para ser feito era um despacho a autorizar a prorrogação antes de 15/10, pois foi pedido pelo empreiteiro atempadamente a prorrogação do prazo e o presidente apenas tinha de levar agora a RC a ratificação do despacho. -----

O senhor presidente respondeu que primeiro lugar foi à empresa que faz a fiscalização para saber se a câmara estava em condições de aceitar ou não, ou se queria aceitar ou não, esta prorrogação. Sendo aquele prazo de, 15 dias que a empresa teve que se manifestar. Havendo esse relatório da empresa de fiscalização concordando com este pedido da empresa, o Presidente da Câmara traz a reunião de câmara para a aprovação. Não havia necessidade de ser aprovado antes, sem vir aqui. Não há outros prazos que se tenha



que cumprir ou alguma outra necessidade de pagamento. Para existir ratificação era se existisse alguma necessidade urgente. -----

A senhora vereadora Rita Rafael questionou senão seria necessário ter sido feito um despacho, uma vez que o empreiteiro antes do fim do prazo solicitou a prorrogação. -----

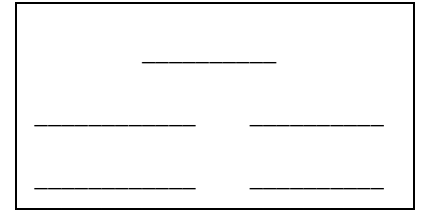
O senhor presidente respondeu que não, pois esse despacho só pode ser feito depois de ouvir a fiscalização, explicando que, a câmara diz que aprova o prazo que os senhores querem, mas empresa da fiscalização dizia, na nossa avaliação esse prazo não é concebível. A fiscalização podia dizer, não, nós só aprovamos isso, pois eles também têm que fazer o relatório e tem que ser aprovado por eles, a questão do pedido de prorrogação, mas é se for até agosto, porque a obra não vai estar pronta até fevereiro. Como por exemplo, a empresa fiscalização poderia dizer que não, que a obra está em condições de ser pronta até ao final de dezembro. Assim, tem de se ouvir sempre, não podendo existir um despacho antes da empresa fiscalização. -----

O senhor vereador António Costa da Silva interveio, dizendo que em meados de outubro tinha trazido a questão, e aqui era uma questão de continuidade dos trabalhos dentro de uma continuidade autorizada. Ou seja, o que faria sentido, na opinião deste vereador, é que quando a empresa pede a prorrogação, antes tem que pedir com alguma antecedência. Não pode pedir dentro do prazo. Pode, pode no sentido moral, digamos assim. Ou seja, a empresa sabe que não vai estar. Seria sensato, por uma questão de continuidade do processo, seria sensato a empresa antecipadamente prever isso, propor ao presidente, para dar tempo ao Presidente, cumprir os prazos todos direitinhos, pudesse pedir informação e fazer tudo dentro dos prazos, que era dia 14, ou dia 15, que era o último dia, se o presidente estava em condições, ou a Câmara, não interessa agora, era uma questão de continuidade do trabalho, de estar autorizado. Portanto, a questão é esta. Não houve nada de grave na obra, não aconteceu nada, por isso não é nada dramático. ---

O senhor presidente respondeu dizendo que até houve algumas coisas na obra que não foi ver quais foram os prazos, a antecedência que foram pedidos das outras duas prorrogações. Informou que a empresa teve a saída de dois funcionários, de um engenheiro, que era quem acompanhava a obra, e do outro funcionário. A lei diz que eles o podem fazer. É uma empresa que dentro das possibilidades, tem correspondido àquilo que é necessário. E escorregarem obras todas escorregam. O senhor presidente referiu ainda que apelou para que a obra fosse terminada mais cedo, mas o senhor chegou a um certo ponto e disse, mas eu não tenho gente, eu não tenho funcionários. -----

Ponto vinte e seis) Proposta de aprovação do projeto de execução da Requalificação do Centro de Saúde de Viana do Alentejo; -----

A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, o projeto de execução da Requalificação do Centro de Saúde de Viana do Alentejo; -----



O presidente referiu que é mais uma batalha que consideramos vencida para o caminho, aquele caminho que todos queremos e temos lutado para darmos outras condições de atração aos possíveis médicos que possam concorrer a Viana. Com as duas extensões de saúde que já existem em construção e com este alargamento também do centro de saúde de Viana, ficam aqui criadas as condições para que não haja razão que os médicos digam que não querem vir para Viana porque não tem condições, achando que é mais um passo importante para o Concelho, esta obra, e que esperar que corra bem e que seja feita rapidamente. -----

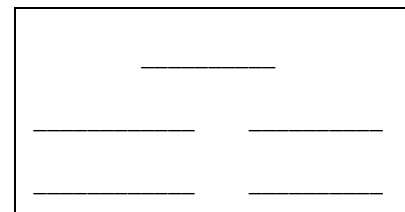
Ponto vinte e sete) Proposta de aprovação do Procedimento Concursal para a Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Viana do Alentejo e documentação anexa. -----

Por unanimidade, a câmara aprovou o Procedimento Concursal para a Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Viana do Alentejo e documentação anexa. A senhora vereador Rita Rafael questionou sobre o ponto 27 - Página 34, relativamente ao Plurianuais, em que Assembleia Municipal foram aprovados. A Assembleia Municipal devia ter-se pronunciado quanto a estes Plurianuais. É que olhando para os documentos provisionais 16 de dezembro de 2023, só fala para 2024, ou seja, não tem valores para 2025. Mas a Assembleia Municipal devia ter-se pronunciado quanto a estes Plurianuais, sendo necessário ir à Assembleia Municipal antes do processo ser aberto. -----

O senhor presidente refez a pergunta da vereadora Rita Rafael para que o chefe da divisão de gestão de recursos pode-se responder, questionando então quando é que foi colocado em PPI, em que assembleia foi colocado em PPI a questão do valor neste caso para o concurso da Empresa da Requalificação de Centros de Saúde. -----

A vereadora Rita Rafael acrescentou ainda o que consta na documentação não são os plurianuais, são procedimentos abertos no ano, mas que só terão encargos financeiros no ano dos anos seguintes. E, no entanto, a Assembleia tende a autorizar previamente. E daí, por questionar, quando é que isto foi à Assembleia Municipal. -----

O chefe da divisão de gestão de recursos respondeu à questão explicando o processo teve várias fases na integração na Assembleia Municipal, sendo inserido em PPI na Assembleia de Fevereiro, na alteração modificativa que se fez de valor mais avultado, estava lá a inserção deste PPI com o valor de receitas próprias de vinte mil euros, pois a negociação estava já em avançada estado, para este financiamento de aprovação e resolvemos logo por em PPI, mas ainda com receitas próprias. Não tínhamos ainda o contrato de financiamento assinado. Depois, em maio, fizemos um reforço desse PPI em mil euros porque o valor não foi suficiente para o projeto e na assembleia de setembro, fizemos então a dotação do PPI, também acabou por ser uma alteração modificativa, que foi à Assembleia Municipal, em que já tínhamos o contrato de financiamento assinado, que foi assinado em julho, e dotámos os dois anos, de 2024 até 2025, com os valores que tínhamos no contrato de financiamento. -----



O senhor presidente reforçou ainda que a questão que a vereadora Rita estaria a por foi autorizado na assembleia de setembro. -----

O Senhor Presidente declarou encerrada a reunião às 17 horas e quarenta e cinco minutos tendo a minuta desta ata sido aprovada por unanimidade no final da mesma. -----

Eu, Marta Sofia Ferro Maia , A Assistente Técnica, a subscrevi.

O Presidente da Câmara,

Os Vereadores,